

Investimento, crédito e narrativas de sustentabilidade: para além dos cifrões e do papel couchê

Bernadete Almeida

"A maioria dos analistas de investimento e crédito ainda fica completamente desconfortável diante da análise de informações que não estejam expressas em termos de reais, dólares ou euros. No entanto, um crescente número de analistas, pesquisadores e investidores já é capaz de entender indicadores tais como dióxido de carbono, absorvendo conceitos como grau de ecoeficiência, sem falar em outros aspectos da responsabilidade corporativa como credibilidade, ética nos negócios e envolvimento comunitário." - Pedro Villani

Em meio ao ambiente onde o Investimento Social tem sido operado, por meio de alianças e parcerias, numa rede policêntrica formada por atores sociais que tiveram seus papéis reconfigurados ao longo dos últimos anos, tem vindo à tona a atuação de segmentos que, sem grande alarde, vinham suportando, dinamizando e influenciando este processo e que passam a ser crescentemente percebidos como decisivos para a reconfiguração de uma sociedade mais sustentável e equilibrada. A comunidade financeira é um destes segmentos estratégicos, na medida em que opera duas atividades absolutamente estruturantes numa sociedade capitalista – ainda que ela esteja sendo posta em cheque, em função da falta de regulação de mercados como o norte-americano – o investimento e o crédito.

Cada vez mais, os indicadores socioambientais têm composto o checklist para avaliação de risco em atividades de financiamento e investimento, embora esta ainda seja uma tendência em crescimento e não uma prática absolutamente consagrada no setor, como bem lembra Pedro Angeli Villani, gerente do Fundo Ethical, do ABN AMRO BANK (comprado há mais de um ano pelo Grupo Santander). Iniciativas como o ISE – índice de sustentabilidade empresarial do BOVESPA são evidências do esforço do mercado financeiro em valorar empresas e seus papéis, a partir de indicadores de sustentabilidade, apesar das polêmicas que volta e meia cercam o assunto, como por ocasião da recente exclusão da Petrobrás no Índice. Mas isto é parte do (novo) jogo que está posto e os players bem o sabem

Os mecanismos de relacionamento com o mercado investidor, o entendimento de como o paradigma da sustentabilidade têm influenciado as decisões de investimento e o quanto o mercado de ações tem respondido e valorado a dimensão sustentável são temas que têm sido abordados com frequência. No entanto, é igualmente importante atentarmos para o fato de que as instituições de fomento ao desenvolvimento já há décadas - antes mesmo de a sustentabilidade ter alcançado o espaço que hoje tem na mídia - incorporam variáveis socioambientais às suas análises e decisões de crédito para empresas, projetos e nações.

Já na década de 80, instituições como Banco Mundial e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - começavam a condicionar a concessão de linhas de crédito (com juros abaixo do mercado e contrapartidas, caracterizando uma atividade de fomento ao desenvolvimento) mediante o cumprimento de uma série de exigências de natureza social e ambiental e já neste período as corporações precisavam evidenciar objetivamente seus esforços nesta direção. Existem autores que, inclusive, creditam a estas instituições, pelo poder de fogo, do ponto de vista econômico e portanto, capacidade de pressão e transformação, os significativos avanços obtidos sobretudo na gestão ambiental, em alguns segmentos de forte atuação global e com grande potencial poluidor como Petróleo (Óleo & Gás) e Mineração. O Banco Mundial, por exemplo, por meio de seu braço financeiro - o IFC - conta com uma série de parâmetros que ainda hoje são uma forte referência entre corporações que atuam globalmente.

Deste modo, as empresas passaram a não só repensar seus processos à luz da sustentabilidade - entendida, por sua vez, nas dimensões econômica, social e ambiental - mas sobretudo precisam evidenciar este esforço e as iniciativas derivadas deste junto a instituições de fomento, investidores, mídia, agências de rating - que recomendam ou não os papéis de determinada empresa - sem falar nos grupos de pressão, poder público e demais stakeholders. Em um cenário onde a sustentabilidade enquanto princípio se converte em atributo de valor, ganha importância o processo de relato da atuação sustentável. Embora os primeiros relatórios emitidos por grandes corporações a instituições de fomento como Banco Mundial e BID sejam anteriores a este período, é na década de 90, que surgem os primeiros modelos de balanço social aqui no Brasil, adotados por empresas de diferentes portes e segmentos. Primeiro, a proposta do Ibase - Instituto Brasileiro de análises sócio-econômicas - em 1997 e quatro anos depois, do Instituto Ethos (de empresas e responsabilidade social), que lança uma nova proposição de balanço social, que incorpora o modelo proposto anteriormente pelo Ibase, mas sugere que as empresas façam um maior detalhamento do contexto em que as decisões são tomadas, dos problemas encontrados e dos resultados obtidos, privilegiando uma perspectiva mais processual do relato.

No entanto, a partir de uma nova dinâmica mercadológica e de fluxos de interação que se impõem, surge a necessidade de algumas corporações brasileiras ou que atuam no Brasil de se comunicar com stakeholders em todo o mundo, evidenciando seus indicadores de sustentabilidade a partir de parâmetros globalmente aceitos, uma vez que estas empresas passam a operar em âmbito global e estão expostas à formadores de opinião que observam o mercado como um todo. Neste contexto, emergem as diretrizes do GRI - Global Reporting Initiative - como a referência mais adotada justamente por ser um padrão internacional, em 2007, é lançada a versão revista do modelo - a versão G3 - e de fato, o grande mérito de as empresas passarem a elaborar relatórios de sustentabilidade a partir deste modelo é sobretudo a criação de uma oportunidade de auto-diagnóstico e de uma reflexão de toda a organização sobre a gestão e condução de suas atividades, tendo como parâmetros princípios e indicadores propostos externamente à empresa e aceitos pelo mercado. Ao mesmo tempo, a organização põe em prática sua dita accountability ao reportar ao mercado e comunicar aos seus stakeholders, por meio deste instrumento, aspectos relevantes e críticos de sua gestão, que possam ser de interesse coletivo ou específico de alguns grupos, mas sempre de modo objetivo e numa perspectiva evolutiva e temporal, já que os dados reportados são sempre referentes a uma série histórica de 3 anos - do ano do relato, mais os dois anos anteriores.

Assim, o relato do investimento social outrora feito em publicações que primavam pela bela forma, fotos envernizadas e impressão em papel couchê - reproduzindo uma certa estetização da pobreza e de públicos atendidos por meio de fotos de crianças em ciranda e anciãos amparados por empregados uniformizados - mas pouca informação relevante e rastreável, centrada sobretudo na necessidade de comunicação da empresa (sedução e persuasão seriam termos mais apropriados) tende cada vez mais a ser substituído por documentos mais sucintos, objetivos e amigáveis ao leitor.

Relatórios estes onde a informação passa a ser cada vez mais trabalhada a partir da ótica das partes interessadas, em articulação com os drives de posicionamento da empresa, nos quais os processos e as experiências de aprendizagem ganham voz em detrimento dos grandes números de valores financeiros aportados que pouco revelam acerca do propósito ou da eficácia das iniciativas reportadas.

E é precisamente esta capacidade de estabelecer uma construção da narrativa que reflita os valores intrínsecos à coisa narrada, somado a aspectos como objetividade, que confere credibilidade às organizações e tem trazido resultados pragmáticos, já que estes reportes são fontes de informação para os já citados analistas de investimento e crédito que, por sua vez, a partir também de critérios pautados em indicadores de sustentabilidade, passam a recomendar ou não papéis , gerando assim a semente de um círculo virtuoso em potencial.

ALMEIDA, Bernadete. Investimento, crédito e narrativas de sustentabilidade: para além dos cifrões e do papel couchê. **Revista Envolverde**, abr. 2009. Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br/>>. Acesso em 16 abr. 2009.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais